

VILA REAL STº ANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º4/2010

*Aos vinte e seis dias do mês de Abril do ano dois mil e dez, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, em Vila Real de Santo António, na Biblioteca Municipal, encontrando-se presente o excelentíssimo senhor **Eduardo Luís Silva Pereira**, Presidente da Assembleia Municipal, comigo **Alexandre Hermínio Drago Madeira**, primeiro secretário, **José Domingos Teixeira Pires**, segundo secretário, e os membros. Os Senhores (as) Maria do Rosário Papafina Proença, José João Calvinho Corvo, António Manuel Cipriano Cabrita, Maria Alexandra Martins do Livramento, Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança, Miguel Moreira da Costa, Sandra Cristina Carvalho Madeira, Victor Manuel Figueiredo Fernandes Rosa, Maria de Lurdes Lopes Faria, Messias José Fernandes Carvalho, Fernando Eduardo Carrapiço Martins Serina, Andreia Denise Henriques Machado, Manuel da Conceição António, José Roberto Leitão Guerreiro, Luís Miguel Romão, pelo P.S.D; João José Baptista da Costa Ribeiro, Álvaro Palma de Araújo, David Matias Murta, Luís Manuel da Rosa Fernandes, pelo P.S., José Estêvão Correia da Cruz, Luís Manuel Negrão Vargas, pela C.D.U... Conforme Edital convocatório de 20 de Abril de 2010, reuniu, em sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.*



ABERTURA DA SESSÃO – verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

SUBSTITUIÇÕES – Pedidos de substituição da bancada do PSD, Maria da Conceição Granado, Virgílio Daniel Peres, substituídos pela Andreia Denise Machado. Na bancada do PS, Vítor José Pereira, Maria Luísa Currito, Carina Querido Rosado Fernando Manuel Martins substituída por Luís da Rosa Fernandes e David Matias Murta.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para solicitar autorização ao plenário para realização desta Assembleia Municipal, dado que o Edital convocatório não foi publicado com 8 dias de antecedência de acordo com a lei em vigor. Todas as bancadas manifestaram sua concordância.

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: Álvaro Palma de Araújo, João José Baptista da Costa Ribeiro, Luís Manuel Negrão Vargas, José Estêvão Correia da Cruz, António Cabrita e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

O Sr. Álvaro Araújo lembrou e prestou uma homenagem á sua camarada D. Ilda Assunção Trindade, militante nº 9123 do Partido Socialista uma lutadora antifascista, que "por ironia do destino" faleceu na véspera do 25 de Abril.

Seguidamente perguntou ainda ao Executivo qual o nº de casas para arrendamento e quais os preços que vão ser praticados para aquisição das mesmas.

Referiu que quando decorreu o licenciamento das casas sociais, o Partido Socialista entregou propostas alternativas para as casas a custos controlados, não a uma



Cooperativa, porque uma Cooperativa, mais tarde quereria tirar os seus rendimentos. O Presidente da Câmara dizia que não, que os preços estavam tabulados, que não iria haver nenhum problema, agora o se está a constatar, é que no tempo do PS uma casa rondava os 30 a 40 mil Euros, mas o que se verifica é que ronda os 90,110 mil Euros, e as pessoas não tem posses para conseguir adquirir uma Habitação Social.

Refere ainda que não sabe como acontecem em pleno século XXI certas coisas.

Deu como ex: Os acessos ao Resort - Quinta da Ria, cujos pavimentos irregulares e poeirentos são uma vergonha, " só de carroça" se conseguem lá chegar.

O Sr. António Cabrita disse que a bancada do PSD concordava e subscreviam as palavras de reconhecimento à D.Ilda e ainda prestou homenagem ao Dr. Joaquim Galhardo, professor nesta cidade de Vila Real de Santo António cujo óbito ocorreu no dia 25 de Abril.

Apresentou seguidamente em nome da bancada do PSD, uma moção de solidariedade para com à Região Autónoma da Madeira, sobre as catástrofes naturais ocorridas nessa Região, no passado dia 22 de Fevereiro do corrente ano. O documento foi lido em voz alta pela Sr.^a Deputada Maria do Rosário e subscrita por todos os Partidos Políticos.

O Sr. João Ribeiro disse que a bancada do PS compartilha a homenagem do Dr. Galhardo.

Disse umas palavras referentes ao 25 de Abril, congratulando –se com o poder Democrático instaurado nessa data.

Preocupa-o a dívida global da Câmara de 111 milhões de Euros, para além do valar da dívida, a taxa de execução da dívida. Disse que a questão Social não justifica tudo, não se pode aceitar o nível da dívida.

O Sr. Luís Vargas questionou o Executivo sobre se os presumíveis compradores das casas terão de ser obrigados a montar o sistema solar?

O Sr. José Cruz associou-se também a homenagem prestada á sua militante pelo P.S. Apresentou um pedido verbal para se agendar uma sessão da Assembleia Municipal um ponto de análise á revisão do Acordo de Pescas transfronteiriço do Guadiana, que

antes era uma matéria equilibrada tanto para o lado Português como para o lado Espanhol. Hoje em relação a frota de pesca, existe uma grande diferença, saindo os pescadores de Monte Gordo os mais prejudicados. O actual acordo está em vigor até final de 2010 e continuará tacitamente até 2013 se não houver oposição no sentido de rever este contrato. Visto já não beneficiar os pescadores do Concelho de Vila Real de Santo António.

Mencionou o estado de degradação do Posto de Turismo em Monte Gordo, que a RTA aproveitou para encerrar o posto. A Câmara Municipal deveria chamar a atenção da RTA para esta situação, porque é prejudicial para o nosso concelho e deveria ser reaberto o Posto de Turismo.

A situação social das empresas que estão em Lei Off é uma situação preocupante, nomeadamente a Quinta da Ria, a não renovação dos contratos dos seus trabalhadores. A crise não justifica tudo, parece haver aproveitamento da mesma. Falou da Riders Cup, (onde no grupo económico trabalha o Sr. Ex. Ministro, Manuel Pinho, que tem interesses no grupo na zona de Portimão).

Disse que em Portimão cresce o número de cruzeiros, mas VRSA está completamente afastado deste tipo de turismo, o que é lamentável, deveria ser feito algo neste sentido, sermos “proactivos” para podermos levar a nossa terra para cima. Parece-me bem que Portimão esteja bem e que continue neste sentido o que me parece menos bem é que Vila Real de Santo António não se desenvolva. Em Portimão pode-se desenvolver certos projectos e aqui por vezes nem um parque de estacionamento pode ser feito.

O Sr. Luís Fernandes perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se existiam algumas razões para a Câmara ainda não ter denunciado. A construção ilegal do edificio junto ao Aparthotel Guadiana em Monte Gordo que está embargada. Perguntou para quando iria ser feita a requalificação do Bairro Fundo Fomento Habitação.

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o preço das casas quem tem é a Cooperativa da Habitação, assim como os painéis solares e condomínio, mas que o nível dos materiais utilizados, arquitectónicos e urbanos não tem

comparação com os anteriores. O Valor das casas cumpre o Decreto – Lei. No passado 2004 as casas foram entregues e em 2005 o Presidente da Câmara assinou uma declaração em que abdicou das garantias de má construção e agora a situação é a que se sabe...! Também os 160 fogos devido à má construção, a Firma ENSUL, está em tribunal e a Câmara por força da lei não pode interferir enquanto não tiver tudo resolvido.

Em relação á requalificação do Bairro Fundo Fomento da Habitação, a Câmara não pode interferir visto ser da competência do Governo. No entanto, farei chegar ao Ministro das Obras Públicas, e a outros Ministros que tem a tutela sobre essas áreas, um plano de necessidades urgentes para essas casas.

Estão disponíveis 40 casas, não se sabe precisar onde, o que se esta a fazer é uma análise das 40 famílias mais necessitadas. A aquisição de mais casas está a depender do Governo, foi pedido um financiamento de arrendamento Social, que terá de ser compartilhado pelo IHRU - Instituto de Habitação Reabilitação Urbana. E estamos a aguardar resposta do Governo.

Há cerca de mês e meio, dois meses a Câmara Municipal recebeu uma notificação do Tribunal de Loulé em que voltámos a ganhar a acção referente ao Edifício das Construções Sampaio. A Câmara está fazer todos os esforços e a falar com os proprietários para conseguir proceder em conformidade.

Disse, que em relação à Quinta da Ria concordava com o que foi dito mas quando chegou à Câmara Municipal o hotel já estava licenciado, faltava apenas uma deliberação, e de facto aquele acesso é vergonhoso, por isso só agora estava a tomar uma posição em relação à situação, estamos atentar negociar com o pelo proprietário, esta obra vai custar 150 mil Euros, uma parte vai ser financiada pela a Autarquia e a outra o proprietário, estamos a preparar o protocolo para ir à próxima reunião de Câmara, estas são as condições actuais. Posteriormente vai ser lançada a obra. Lamentou ainda que infelizmente não tinha sido considerada aquando do processo de licenciamento.



PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos assuntos que constam da ordem do dia.

- 1. Expediente e informações;*
- 2. Apreciação e votação da Acta nº2/2010 desta Assembleia Municipal;*
- 3. Apreciação e votação da Prestação de Contas e Documentos anexos – 2009;*
- 4. Apreciação do Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município de Vila Real de Santo António em 31 de Dezembro de 2009 (Mapa de Amortizações);*
- 5. Apreciação e votação da nomeação dos Órgãos Sociais da VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, EM-S.A e dos membros do Conselho de Administração da mesma;*
- 6. Apreciação e votação do Estatuto Remuneratório dos Órgãos Sociais da VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, EM-S.A;*
- 7. Apreciação e votação do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação do Concelho de Vila Real de Santo António;*
- 8. Apreciação do Relatório do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.*

1. Expediente e Informações

= O Sr. Presidente da Assembleia Municipal convocou uma reunião extraordinária para o dia 29 de Abril de 2010, com a seguinte ordem de trabalhos: Transferência financeira com vista a equilibrar os resultados de exploração operacional do exercício de 2009, da VRSA Sociedade de Gestão Urbana EM – SA, distribuiu a documentação referente à proposta.

2. Apreciação e votação da Acta nº2/2010 desta Assembleia Municipal

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: António Cabrita, José Cruz.

O Sr. António Cabrita louvou a melhoria da redacção da ultima acta, relativamente às anteriores.

O Sr. José Cruz disse que teria de ser feito mais esforço.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, submeteu a Acta à votação.

Foi aprovada por maioria com a abstenção do Deputado Luís Fernandes da bancada do PS, por não ter estado presente na referida sessão.

3. Apreciação e votação da Prestação de Contas e Documentos anexos – 2009

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: Carlos Lança, Álvaro Araújo, José Cruz, David Murta, António Cabrita, Miguel Costa e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

O Sr. Carlos Lança deu os parabéns a quem elaborou os documentos e focou a clareza das contas apresentadas. Não se surpreende de um resultado líquido negativo,

porque em 2009 foi um ano terrível, afectando muitos particulares e os Municípios cujas receitas dependem muito do sector imobiliário.

Quanto aos eventos eles têm sido feitos, em qualidade, têm sido factores de apoio de grande importância nesta altura de crise. A dívida de 38 milhões, é inferior ao activo, que é de 4 ou 5 vezes superior. Por isso, o R.O.C. é muito mais favorável que o ano anterior. Mas ao contrário do que diz o PS este resultado do exercício, explana as dificuldades financeiras do que se tem feito e dos efeitos da crise.

O Sr. Álvaro Araújo disse que foi feito investimento na área social, a verdade é que o valor inicial inscrito em orçamento era só de 250 mil euros, com a revisão passou-se para 981 mil, mas a execução ficou-se nos 300 e tal mil, e deveriam existir mais processos que concretizações. Os eventos beneficiam quem? O desemprego aumentou no Concelho, 100% dos hoteleiros despediram trabalhadores.

O Sr. José Cruz disse que continuava a haver uma deficiente execução orçamental, em parte dependente de subscrições das receitas, que depois não permitem o cumprimento dos objectivos enunciados e imediatos. O problema dos orçamentos é o seguinte, faz-se um orçamento e depois na sua concretização nem sempre os objectivos são conseguidos.

O Sr. David Murta disse que não percebe como e que a bancada do PSD pode achar interessante este documento, com o aumento das dívidas o que reflecte não é apenas o exercício, mas a política do mandato. Se aos valores da dívida da Câmara se acrescentar o valor da dívida da SGU, o que se vê é que todo o futuro está hipotecado. É verdade que aumentou o activo, mas há activos que não implicam dívidas nem despesas. Os proveitos descem 43%, mas custos sobem, as despesas de investimento são apenas de 34%. A consolidação de contas volta não a aparecer, como é que o tribunal de contas aprovou (se aprovou) as anteriores contas de gerência. O valor de algumas obras, Escola de Santo António, o UTL, tem que haver dívidas a empreiteiros, por ex: no UTL não há pagamentos inscritos.

A dívida é preocupante, as colectividades não recebem, as empresas não recebem.

O Sr. António Cabrita disse que se reservava para as considerações do executivo, mas que PS parece-se esquecer que o Executivo Municipal tem vindo a substituir-se no plano Social, que seria da responsabilidade da Administração Central.

O Sr. Miguel Costa disse que a queda das receitas é o factor determinante que não pode ser escamoteado, muitas das responsabilidades sociais do Governo estão a ser exercidas pela Autarquia suprimindo deficiências da intervenção do Estado.



O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que para o PS a crise é justificada para o País, mas não é aceitável para o Concelho.

Parece que a política de emprego é da responsabilidade da Autarquia, essa fiscalização tem de ser feita pelo Centro de Emprego.

Parece que se pretende o corte nas despesas parando a economia de modo a reduzir o déficit e que não é possível sem despedir trabalhadores. Citou alguns exemplos também na hotelaria a verdade é que as taxas de ocupação tendem a subir.

A fazer cortes nas despesas com as comemorações do dia 25 de Abril e 13 de Maio e outros eventos.

O complexo do PS é ver como se faz tanta obra nos últimos 4 anos. A taxa de execução do PPI de 2009 atingiu um valor de 56,8%. A taxa de execução média do PS era de 30 %, ou seja a Taxa de execução deste Executivo é quase o dobro do PS. Por outro lado como vê em auditorias as dívidas eram escondidas, isso é o que os auditores escreveram, o PS nunca teve essa transparência e nós não entramos nessa batota. Em 2009 houve uma queda repentina de 45% da receita e nunca houve apoio do PS combate a este passivo, a 29 de Abril este resultado negativo passa praticamente a metade por via de uma operação (Monte Gordo) que o PS votou contra. O resultado líquido está empolado dado à boa gestão da VRSA e da contabilidade e transparência. Anteriormente era mais fácil meter as facturas em caixas de papelão e fazer batota. Não há da parte do PS a mínima referencia ao parecer do ROC. Tanto o atacavam o ano passado e agora não referem o activo da Câmara Municipal.

Novamente os Srs. Deputados do PS, Álvaro Araújo, David Murta e Luís Fernandes, solicitaram ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, uma nova intervenção para rebater as palavras do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Como já tinha sido anteriormente determinado pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, que não haveria mais intervenções, considerando que não são

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

Com: 18 votos favoráveis do PSD

4 votos contra do PS

2 abstenções da bancada da CDU.

A bancada da CDU entregou declaração de voto.

O Sr. Deputado Álvaro Araújo da bancada do PS entregou declaração de voto.

4. Apreciação do Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município de Vila Real de Santo António em 31 de Dezembro de 2009 (Mapa de Amortizações)

Na apreciação intervieram os Srs. Deputados Municipais: José Cruz, António Cabrita, João Ribeiro, Carlos Lança e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

O Sr. José Cruz disse que o trabalho feito ao longo do tempo tem de ser registado no inventário. Há medida que este inventário for feito, vai-se ver reduzir o défice isto é uma obrigação legal.

O Sr. António Cabrita disse que tratava-se apenas de cumprir a lei, e tudo está a ser feito como era feito anteriormente.

O Sr. João Ribeiro disse que havia uma grande preocupação porque coisas que são do povo, como um pólo desportivo, sejam considerados como um activo.

O Sr. Carlos Lança disse que a lei não permite mas exige, não se trata de valorizar o património mas sim de o registar.

5. *Apreciação e votação da nomeação dos Órgãos Sociais da VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, EM-S.A e dos membros do Conselho de Administração da mesma*



Interveio o Sr. Deputado Municipal: Luís Fernandes e o Sr. Presidente de Câmara Municipal.

O Sr. Luís Fernandes disse que em 2007 o Executivo convidou o PS para representar os órgãos sociais da SGU, embora o PS não tenha aceite, agora houve uma distração democrática e não houve qualquer convite para participação.

O Sr. Presidente da Câmara disse que depois de já o ter feito e não ter havido qualquer disponibilidade da parte do PS, não ia voltar a propor aquilo que já tinha sido rejeitado.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, submeteu a proposta a votação.

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

Com:

18 votos favoráveis do PSD

4 abstenções da bancada do PS

2 votos contra da bancada da CDU.

A bancada da CDU fez declaração de voto.

6. *Apreciação e votação do Estatuto Remuneratório dos Órgãos Sociais da VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, EM-S.A*

Não houve intervenção dos membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente submeteu a proposta a votação.

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

Com:

18 votos favoráveis do PSD

4 abstenções da bancada do PS

2 votos contra da bancada da CDU.

7. Apreciação e votação do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação do Concelho de Vila Real de Santo António

Não houve intervenção dos membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente submeteu a proposta a votação.

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

Com:

18 votos favoráveis do PSD

4 abstenções da bancada do PS

2 votos contra da bancada da CDU.

A bancada da CDU entregou declaração de voto.

8. Apreciação do Relatório do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

Na apreciação intervieram os Srs. Deputados Municipais: José Cruz, Álvaro Araújo, Luís Fernandes, Miguel Costa, António Cabrita e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

O Sr. José Cruz voltou a sugerir a requalificação da zona do Arquivo Histórico dizendo que aquele espaço deveria ser melhorado colocando ilhas de contentores

enterrados. Também sobre as contas apresentadas no relatório havia uma grande diferença facturado e pago, por isso não converge com as Grandes Opções do Plano.

O Sr. Álvaro Araújo salientou a importância da construção do Edifício do Centro de Formação Profissional. Aproveitou para dizer ao Sr. Presidente da Câmara que é óbvio e necessário fazer um grande esforço e controle das Grandes Opções do Plano.

O Sr. Luís Fernandes disse que o relatório fala de medidas de incentivo ao emprego, mas a Câmara Municipal não está a conseguir atingir e não houve qualquer iniciativa de inovação económica.

O Sr. Miguel Costa disse que o Algarve anda a ser enganado nos últimos 20 anos. Não houve investimentos significativos na Região. Os Investimentos vão só para o Barlavento. É ver as intervenções no Rio Arade e a falta de intervenções na dragagem do barra do Rio do Guadiana que é esquecida.

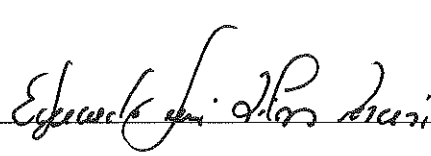
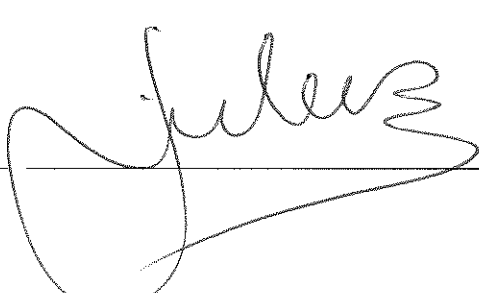
Período de intervenção do público

Não houve intervenções do público.

E de tudo, para constar, se lavrou esta acta sob forma de minuta, que foi aprovada por unanimidade, que refere ao texto principal das deliberações, cuja leitura foi feita em voz alta.

Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas 00 horas e 30 minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal / O Primeiro Secretário




focos de Afonso

A Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António vem, desta forma, mostrar a sua solidariedade para com o Povo de Madalena, procurando evidenciar a sua preocupação pelo sofrimento vivido pela perda de familiares e amigos.


Handwritten signature: *Handwritten signature*

OLYMPIA
her letter


Ambe:



Charles Kofner

[illegible]

David Hunt
Hunt



DECLARAÇÃO DE VOTO

A CDU, após ter procedido à análise do novo «REGULAMENTO MUNICIPAL DAS EDIFICAÇÕES DO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO», constatou que existem claras razões de discordância com a estratégia de tributação e as diversas opções apresentadas.

Trata-se de um tipo de filosofia de regulamentos de gestão urbanística e aplicação de taxas que, de acordo com a nossa apreciação, vai contribuir para o agravamento dos custos de edificação urbanística para particulares e empresas, num quadro de grande crise para a própria construção civil, com reflexos negativos ao nível da reanimação económica e do emprego.

Os membros da Assembleia Municipal

José Cruz

Luís Vargas

DECLARAÇÃO DE VOTO

A CDU, após ter procedido à análise da «PRESTAÇÃO DAS CONTA PÚBLICAS RELATIVAS AO ANO DE 2009», constatou que as mesmas foram, este ano, documentadas com um vasto leque de informação que nos permite uma apreciação global de toda a sua incidência o que se regista como positivo.

O documento confirma a deficiente execução orçamental, prática sistematicamente reiterada pelo executivo do PSD.

Os orçamentos apresentam objectivos de natureza irrealista, permitindo, nos momentos da sua aprovação, fantasiar voos que o executivo não é capaz de realizar, descendo à terra no momento da apresentação de contas como o actual.

Receia-se que esta prática de apresentar elevados valores orçamentais possa estar na origem do deslizar do défice, expresso em diversos relatórios ao longo do ano, com uma perigosa diferenciação entre os valores facturados pelos fornecedores de materiais e serviços, bastante elevados em relação à facturação efectivamente paga.

Esta prática traduz-se num derrapar das dificuldades de tesouraria da Câmara Municipal e, num contexto a que se pedem principalmente aos trabalhadores grandes sacrifícios, urge colocar cobro à sangria e ter em consideração que o concelho tem apenas 20.000 habitantes e nele não se podem praticar políticas como se tivesse 200.000.

Trata-se de um documento elaborado sob a responsabilidade de um executivo no qual a CDU não tem qualquer representante e, por isso mesmo, sem possibilidades de participar na respectiva elaboração, razão pela qual nos abstivemos.

Os membros da Assembleia Municipal

José Cruz

Luís Vargas

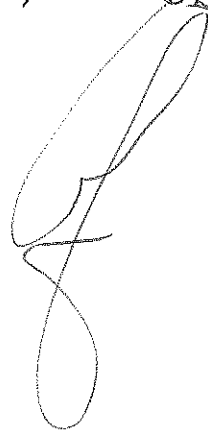
DECLARAÇÃO DE VOTO

VOTO CONTRA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2009, DEVIDO AO AUMENTO SIGNIFICATIVO DO PASSIVO PARA 48 MILHÕES DE EUROS E AOS JUÍZADOS DO VALOR DE PASSIVO DA ENTIDADE MUNICIPAL DE UM TOTAL DE 111 MILHÕES, O QUE SIGNIFICA QUE ESTE EXECUTIVO, AUMENTO A DÍVIDA DE 2005 A 2009 EM 16 VEZES MAIS.

PERANTE ISTO, QUANDO ESTE EXECUTIVO PRESTAR O PAGO ENB. LUÍS GOMES SAIR, SÓ DEIXARÁ AS PEDRAS DA CALÇADA. BASTA DESDE JÁ O DESATIO DO SR. PRESIDENTE E DO SEU EXECUTIVO PARA QUE ATÉ 2013, OU SEJA, ATÉ FINAL DO MANDATO PAGUE A DÍVIDA NA TOTALIDADE, E NÃO A DEIXE PARA PAGAR ATÉ 2030 OU 2040, COMO É PARA OS OUTROS PAGAREM.

FINALMENTE DIZER QUE ESTE ENVOLVIMENTO NÃO CRIOU NENHUM EMPREGO SEM RIQUEZA NO CONCELHO, PARA NOSSA TRISTEZA MUITA.

VILA REAL SALVO A JORNADA, 26 DE ABRIL DE 2010



DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: Ponto 3 - ~~Apuração~~ e votação da Prestação de Contas e
Documentos Anexos - 2003.

Acabou-se de assistir a um atentado
à democracia — o Sr. Presidente da Assembleia
Municipal não permitiu que os deputados da
Bancada do PS pudessem fazer o contradiatório
em relação à intervenção do Sr. Presidente da
Câmara Municipal. Em democracia os contribuintes,
mesmo os das bancadas da oposição, podem ser
importantes para esclarecer os municípios e resolver os
seus problemas.

É com revolta que proclamo e reclamo os
valores do 25 de Abril para a Assembleia Municipal
deste Concelho.

Vila Real de Santo António, 26 de Abril de 2004

Alvaro Palma de Araújo